

# Agora o Congresso vai se explicar

Em programa nacional de rádio e televisão, os presidentes da Câmara e do Senado — Ulysses Guimarães e José Fragelli — vão tentar rebater o que consideram campanha difamatória da imprensa e explicar como funciona o Legislativo.

Deverá ser quinta-feira, dia 12, o programa do Congresso Nacional, em rede nacional de televisão, de iniciativa dos presidentes da Câmara e do Senado, deputado Ulysses Guimarães e senador José Fragelli. O programa será produzido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima, filho do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, ambos amigos pessoais de Ulysses, que tentará explicar o funcionamento do Congresso e rebater o que muitos parlamentares chamam de "campanha insidiosa da imprensa" contra a instituição.

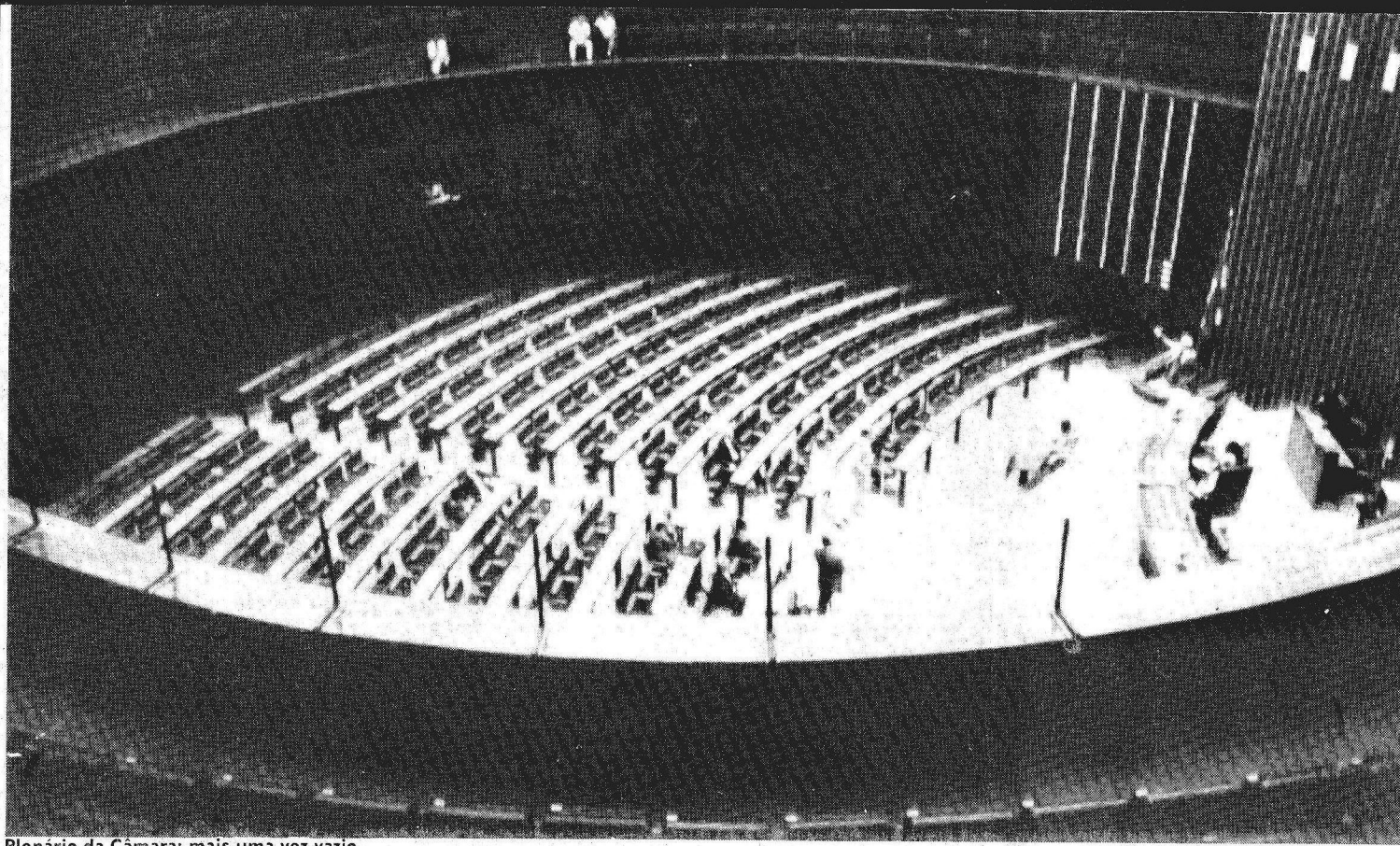
O programa será transmitido à noite, entre 20 e 22 horas, em cores. Ulysses e Fragelli farão pronunciamentos para mostrar à opinião pública o papel do Legislativo no regime democrático e farão um balanço das atividades deste ano, além de rebater críticas que consideram injustas ao Parlamento e aos parlamentares. Seria mostrado também o trabalho das comissões das duas casas.

A presença dos presidentes das duas casas do Congresso em rede nacional de televisão foi reclamada com insistência, há dias, por parlamentares de vários partidos. Terça-feira o deputado malufista Adail Vectorazzo (SP) teve a iniciativa de recolher dezenas de assinaturas a requerimento nesse sentido, de inspiração do vice-líder do PDS Amara Netto.

Amaral Netto só não subscreveu o documento por ter assumido compromisso com Ulysses Guimarães de aguardar dez dias a decisão do presidente da Câmara. A foto-legenda do **Jornal de Brasília** — "O circo e suas semelhanças" — apressou a decisão dos presidentes da Câmara e do Senado de requisitar o horário na televisão.

Ontem à tarde, discretamente, Ulysses Guimarães reuniu-se com o senador João Calmon (PMDB-ES) para examinar a legislação referente à requisição de horário em rede nacional de rádio e TV. E depois de amanhã ele terá reunião com o senador José Fragelli, presidente do Senado, para discutir a realização do programa do Congresso.

João Calmon mostrou a Ulysses Guimarães que há respaldo legal para requerer o horário pelo Legislativo, por intermédio do Gabinete Civil da Presidência. O Decreto nº 84.181, de 12 de novembro de 1979, que alterou o art. 87 do Decreto nº 52.785/63, estabelece que, além do presidente da República, os presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal podem requisitar horário de emissoras de radiodifusão



Plenário da Câmara: mais uma vez vazio.

"no interesse da administração". Pela legislação anterior, só seria possível em dois casos: preservação da ordem pública e questão de interesse nacional.

O líder do governo, Pimenta da Veiga, confirmou que o programa do Congresso "será na próxima semana". Para ele, a imprensa tem todo o direito, até o dever, de denunciar erros, irregularidades e vícios da instituição, "mas deve dar tempo ao Legislativo para corrigi-los". E acentuou: "A insistência nas denúncias demonstra o interesse de desmoralizar o Legislativo".

Embora a grande maioria dos parlamentares tivesse passado a semana batendo na mesma tecla da "campanha insidiosa" contra o Congresso, houve outros, como o ex-líder do PDS, o gaúcho Nelson Marchezan, ou o líder do governo no Senado, Hum-

berto Lucena, que discordaram e preferiram ir mais a fundo no problema.

Marchezan, por exemplo, condenou, em Porto Alegre, a declaração de Ulysses Guimarães de que por trás das notícias da imprensa apontando irregularidades no Congresso existia um plano "para obscurecer os grandes escândalos do período autoritário e minar a resistência democrática do Congresso".

"Não sei se existe alguma campanha contra o Congresso", começou Marchezan. "O fato é que o Congresso está na defensiva. Mas querer dizer que isso seria para encobrir erros do passado é contrariar a evidência do Sol." O deputado ainda previu que a anunciada cadeia de rádio e televisão "será ridícula se mantiver o mesmo rumo da nota".

Humberto Lucena, depois de reparar que o Poder Legislativo sempre esteve exposto às críticas por ser o mais desarmado e pela incompreensão do processo parlamentar, discordou da tese da campanha difamatória, entendendo que só o funcionamento soberano do Congresso permite que a imprensa seja livre. Lucena explicou que as ausências dos parlamentares do plenário são normais em anos eleitorais, e insistiu na necessidade de se fazer uma campanha de esclarecimento.

Também o deputado Siegfried Heuser (PMDB-RS) criticou a posição da maioria dos colegas. Começou ironizando ("Se eles anunciam que vão denunciar uma campanha no rádio e na televisão, eu estou curioso por ouvir") e depois admitiu que "claramente há fatos definidos como incorretos",

citando o caso do recebimento dos jatos pelos ausentes e o episódio dos deputados "pianistas".

Siegfried continuou: "Difícilmente se poderia identificar uma campanha para desestabilizar o Congresso, porque os que o criticam têm origem tão diversificada, dos 'Lulas' a Roberto Marinho, que nunca poderiam se unir mais adiante. Depois de 21 anos tolhido, o Congresso ainda não conseguiu reformular os seus instrumentos de trabalho".

## Nota oficial

A Federação Nacional dos Jornalistas divulgou nota oficial na qual sustenta que "neste momento, mais do que nunca, é preciso preservar e fortalecer ambas as instituições, pois tanto o Congresso Nacional como a imprensa cumprem papel de grande importância na consolidação da democracia, reconquistada à custa de duras lutas pelo povo".

Mais adiante, a nota diz que o jornalista "não pode abrir mão do dever, num regime democrático, entre outras coisas, da fiscalização e a crítica permanentes da atuação dos governantes e dos detentores de mandato parlamentar. Mas ele deve estar atento para não entrar no jogo de grupos cujos interesses não coincidem com o restabelecimento da democracia, e que nas duas últimas décadas se favoreceram da intimidade, do poder, seja no Parlamento ou nos meios de comunicação".

Para o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, é fundamental, no momento atual, que o Congresso não seja exposto à execração pública. Mais: o Congresso "tem falhas que são as falhas da própria sociedade que representa, decorrentes da diminuição da própria atividade política nesses anos de autoritarismo".

E, enquanto Câmara e Senado viverem mais um dia esvaziados, sem **quorum** em nenhuma das sessões do dia (o que levou a segunda sessão da Câmara a se encerrar apenas sete minutos depois de iniciado), o deputado mineiro Cássio Gonçalves (PMDB) previu que o Congresso vai aprovar, "com relativa facilidade e rapidez", projetos que contrariam os interesses dos meios de comunicação do País. Para ele, "a grande imprensa não interessa o fortalecimento do Congresso, porque fortalecido ele será a grande caixa de ressonância dos interesses populares, enquanto a grande imprensa é a caixa de ressonância dos interesses de grupos econômicos".